Uma reflexão sobre o amor e a dignidade

Démerson Dias

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos."
Da declaração Universal dos Direitos Humanos. 10/12/1948

Não existe campanha em favor do aborto. Assim como também não existiria esse debate se homens engravidassem. O senso comum é de que a predisposição para o estupro é inerente ao homem. As mulheres precisam se expor ao constrangimento de relatar suas dores e intimidades, mas os homens não precisam constranger sua predisposição à perversidade.

Dessa forma, o debate sobre a dignidade do direito ao aborto está entranhada na necessidade da criminalização do estupro. A polícia é o braço coercitivo do sistema judiciário e mesmo sem mencionar situações em que a própria polícia é incapaz de conter o estupro nas suas corporações, já tem sido uma longa jornada entre delegacias da mulher (1985!!!), Lei Maria da Penha (11.340/2006!!!!) e Lei do Feminicídio (13.104/2015!!!!!) para convencer a sociedade que a integralidade das mulheres envolve pressupostos específicos e próprios.

Em 2018 a jovem Tatiane Spitzner foi torturada em cadeia nacional, esganada e - como demonstração do seu valor para o cidadão de bem que a assassinou – teve seu corpo despejado na rua da sacada do apartamento. Ela se sentia constrangida até mesmo a mencionar as ameaças que sofria. Que sociedade é essa que ensina a uma especialista em direitos que deve apanhar em silêncio, mas que um depravado inominável pode dispor de uma mulher com menos zelo do que dispõe dos rejeitos na coleta seletiva de lixo?

Foi mais fácil para as mulheres conquistarem o direito ao voto do que o direito de serem donas da própria vida e do próprio corpo. Esse último, ainda não existe. É nesse cenário que considero inscrito o debate sobre a descriminalização do aborto.

Deixar de atender às preocupações das mulheres com a geração e criação de filhos faz parte do mesmo processo de violência. Todo mundo se julga dono do corpo de toda e qualquer mulher, inclusive as alheias.

Somos estúpidos proprietários de um paradoxo em que obrigamos uma pessoa a nascer sob quaisquer circunstâncias, mas não nos obrigamos a garantir-lhe uma vida digna.

Quase ontem, soubemos que um canalha em posição política e institucional de destaque decretou que mulheres no papel de mães e avós abandonadas pelos machos-alfa (isso ele se esquivou de mencionar, vai saber se não é um deles?) são diretamente culpadas pela crise criminal que assola o país. Acho que nem a sociedade dos gorilas possui canalhas dessa laia.

Bem entendido, as mulheres são criminalizadas por quererem “assassinar” fetos. E, se os deixam nascer, são as matrizes da criminalidade odiosa. Não é um paradoxo, é um beco sem saída. Ser mulher para alguns é constatadamente uma maldição.

Recusar à mulher o poder de decidir sobre o destino de seu próprio útero é condená-la, por exemplo, a passar nove meses alimentando uma vida que lhe causa dor constante e permanente. Ela e o feto serão torturados e o sentido é o inverso do proposto pelos matizes religiosos. Que crime cometeu o feto para ser indesejado, e a mãe para ser torturada ao longo da gestação?

Não há que se falar no “momento de prazer”, não se trata de sexo. Do contrário a sociedade proibiria os homens de copularem. Os hipócritas querem que os meninos copulem como coelhos e as mulheres que “fechem suas pernas”.

A gravidez tem que ser um processo de amor. Quem não entende isso não deveria ser considerado parte dos mamíferos. A criança precisa de amor, segurança, acolhimento. Mas uma categoria de semoventes quer apenas radicalizar a opressão a níveis existenciais. Não basta a opressão do trabalho, da fome, da miséria, da exclusão, é preciso que o próprio ser se considere parte de um círculo de maldição.

Não é esse o mundo decente que almejamos. Queremos mulheres que estejam exaltando o milagre da vida que desponta de seus corpos. Que estejam cercadas por um cordão de proteção que lhes diga a todo momento o quanto somos gratos e felizes pelo gesto de carinho com toda a humanidade. Uma criança que nasce precisa ser uma luz e uma promessa, inclusive de esperança.

Mas, assim como a gravidez, essa semente de futuro é incumbência de quem se dispõe a algum sacrifício. Não de quem o suporta. Maternidade não é um direito, é um sacerdócio que só pode ser aceito de espontânea vontade e autodeterminação. De onde tiramos a ideia de que é possível obrigar alguém a amar, sobretudo amar os próprios erros? Ou ainda amar o fruto de um gesto de violência?

Porque somos incapazes de respeitar a intimidade das mulheres?
E que civilização pretendemos construir sobre os escombros do descaso e da violência?